



CAMPESINATO E AGRICULTURA: análise da economia camponesa no estado da Bahia

Edilene de Jesus Santos¹

Josivan dos Santos Cedraz²

RESUMO:

Os problemas que marcam a contemporaneidade do capitalismo exigem que façamos uma discussão do desenvolvimento. A valorização do local nasce como tentativa de desenvolver as potencialidades locais, fortalecendo as regiões para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações. Nesse sentido, este trabalho coloca seu foco no campesinato do estado da Bahia, mostrando a importância desses atores sociais para a dinâmica da agricultura baiana. Ressaltando a relevância do camponês enquanto agente transformador do campo, gerando emprego e renda para os trabalhadores no meio rural, além de compartilharem de uma racionalidade que está voltada para garantia da sua reprodução familiar.

Palavras-Chave: Camponês, Capitalismo, Agricultura.

ABSTRACT:

The problems that mark the contemporary capitalism require us to make a discussion of the development. The appreciation of the local born as an attempt to develop local potential, empowering regions to ensure better quality of living. In this sense, this paper puts its focus on the peasantry of the state of Bahia, showing the importance of these social actors to the dynamics of agriculture in Bahia. Underscoring the importance of the peasant as a transforming agent of the field, generating employment and income for workers in rural areas, and share a rationality that is focused on ensuring their family reproduction.

Keywords: Peasants, Capitalism, Agriculture.

¹ Mestre. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edileneconomia@yahoo.com.br

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: josivancedraz@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

As discussões que se apresentam no século XXI relacionadas ao futuro das sociedades sejam no campo político, social, econômico e ambiental, quase sempre passam pela compreensão de que muitos dos problemas vividos hoje decorrem em parte do desenvolvimento e do padrão de vida acumulado.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, advindo da Revolução Industrial, determinou um novo padrão de produção, consumo e relações sociais para a população mundial. A agricultura seria alvo dessas transformações, com a penetração do capital industrial, através do incremento de máquinas, equipamentos e insumos, capitaneados pela revolução verde, alterando a relação homem - natureza e configurando uma tentativa de industrializar o meio rural, subordinando a agricultura aos desígnios da indústria.

Diante disso, alguns autores, que tendo Marx (1980) como referência, acreditavam que numa sociedade capitalista, a permanência e sobrevivência de uma razão não capitalista estariam condenadas ao desaparecimento, estas não se sustentariam num ambiente capitalista.

Destarte, autores como Lênin (1980) e Kautsky (1980), partem da perspectiva de diluição do campesinato pelo capitalismo, no qual de diferentes formas a sobrevivência do camponês estaria comprometida, sendo esta substituída por uma agricultura capitalista, dominada pelo capital industrial. Os latifúndios rurais seriam transformados em empresas agrícolas, aptas a investir em tecnologias e reproduzir capital.

No entanto, em muitos países, inclusive no Brasil, as sociedades tradicionais e camponesas sobrevivem, persistem no capitalismo e na sociedade moderna, refutando na prática o pensamento clássico fundado na obra de Marx (1980). Nos dias atuais, essas sociedades por muitos tidas como tradicionais aparecem como alternativa, em estratégias de sustentabilidade, às transformações modernas e ao desenvolvimento predatório a elas devido.

É nesse sentido que esta reflexão pretende contribuir. Tendo como referência o trabalho de Costa (2001), no qual uma visão alternativa é apresentada, se considera a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz de



conduzir estratégias de reestruturações e permanências, frente às conjunturas adversas e estruturas sociais diferenciadas das sociedades capitalistas.

Nessa perspectiva, o trabalho tem por objetivo verificar a importância da economia camponesa para o setor rural do estado da Bahia, apresentando-a como força ativa e que contribui para a dinâmica agrária do estado.

1. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho será a apresentada por Costa (2001), que consiste na construção de índices e tabulações de dados que permitem extrair informações contidas na base do censo agropecuário de 1995-96, descrita a seguir.

O meio eletrônico de publicação dos dados censitários tem permitido a utilização bem mais ampla e flexível das informações censitárias do que a publicação em papel, não apenas pela velocidade de acesso, mas, sobretudo, pelo fato de permitir que se obtenham todas as Tabelas padrão que apresentam os resultados do Censo, anteriormente só disponíveis para a unidade federativa, para todos os demais níveis regionais de agregação – para mesorregiões, para as microrregiões e para o município.

As informações disponíveis em tabelas mantêm um elevado grau de rigidez, permitindo trabalhar com graus tanto maiores de flexibilidade, sendo possível obter todas as variáveis constantes nas Tabelas básicas para todos os 15 “estratos de área total³” usuais do Censo.

Neste sentido, para o âmbito geográfico em que se esteja trabalhando, sempre se poderão considerar as médias de uma variável para um estrato como relativa à unidade produtiva média respectiva. Assim tratado, o estrato ganha a condição de um “caso” em um novo banco de dados passível de retabulação e processamento, tendo a frequência do estrato como um dos seus campos. Trabalhamos, aqui, com uma desagregação em

³ Os estratos de Área indicados no trabalho referem-se aos estabelecidos no Censo Agropecuário do IBGE e correspondem aos hectares da área: Menos de 1; 1 a menos de 2; 2 a menos de 5; 5 a menos de 10; 10 a menos de 20; 20 a menos de 50; 50 a menos de 100; 100 a menos de 200; 200 a menos de 500; 500 a menos de 1.000; 1.000 a menos de 2.000; 2.000 a menos de 5.000; 5.000 a menos de 10.000; 10.000 a menos de 100.000, 100.000 e mais.



âmbito de microrregião, para todo o Estado da Bahia. Desse modo, manejamos um banco de dados de 480 “casos” (32 microrregiões multiplicadas por quinze estratos de área).

Essa metodologia aumentou, e muito, as possibilidades de utilização das informações, permitindo não só a edição de variáveis existentes e a criação de novas variáveis e indicadores com abrangência total, como a melhor operacionalização de conceitos – chave para a compreensão da realidade agrária em âmbito bem mais elementar, e nesse sentido, estatisticamente mais abrangente do que foi possível até então. Assim, pudemos fazer uma distinção rigorosa entre as formas de produção camponesa e patronal, com base no tipo de força de trabalho utilizada.

Desse modo, para cada um dos 480 casos do banco – estratos de área X para a microrregião Y – calculou-se a força de trabalho total pela soma de a) a força de trabalho familiar total – o total da categoria “membros não remunerados da família maiores de 14 anos” somado com a metade dos” membros não remunerados da família menores de 14 anos” – e b) a força de trabalho não familiar total – a soma dos gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviço dividida pelo valor médio da diária⁴ prevalecente multiplicada por 300 dias médios de trabalho por ano.

$$FTT = FT\mathbf{F}t + FT\mathbf{N}Ft$$

$$FTT = \left\{ \left(TMNRF > 14 + \left(\frac{MNRF < 14}{2} \right) \right) + \left(\frac{\sum G}{\bar{D}.300} \right) \right\} \text{ em que :}$$

FTT = Força de Trabalho Total.

FTFt = Força de Trabalho Familiar Total.

MNRF = Membros não remunerados da família.

FTNFt = Força de Trabalho não familiar total.

G = Gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviços.

1. \bar{D} = média da diária prevalecente

Ademais, considerou-se “camponês” o estabelecimento médio, cuja participação relativa da força de trabalho de terceiros total, estimada no total da força de trabalho, não ultrapassasse ½; e “patronal” o estabelecimento médio com força de trabalho de terceiros acima de ½.

⁴ A diária considerada neste trabalho refere-se à média da diária paga ao trabalhador rural no Estado da Bahia, no ano do Censo de 1995-96, que representava em média o valor de R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos).



2. O SETOR DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL DO ESTADO DA BAHIA EM 1995.

A agropecuária no Estado da Bahia chegou a meados dos anos de 1990 movida por 2.327.451 trabalhadores rurais, organizados por 664.882 unidades produtivas, das quais 637.983 unidades camponesas e 26.899 unidades patronais. Sob as formas de produção, camponeses e patronais dispunham em conjunto de 29,8 milhões de hectares, cabendo aos primeiros 12,3 milhões de hectares e ao segundo 17,5 milhões de hectares,

Tabela 1 - A estrutura agrária e agrícola da Bahia em 1995.

	Camponeses	Patronais	Total
Número de estabelecimentos	637.983	26.899	664.882
Área apropriada (ha)	12.308.534.419	17.534.365.706	29.842.900.125
Tamanho médio do estabelecimento (ha)	11.311	910.668	921.979
Pessoal Ocupado			
Membros não Remunerados da família	1.837.031	57.561	1.894.592
Assalariados Permanentes	67.842	93.076	160.918
Assalariados Temporários	176.418	34.329	210.747
Parceiros	8.922	2.216	11.138
Outra Condição	31.415	18.641	50.056
Total	2.121.628	205.823	2.327.451
Estrutura relativa da força de trabalho (total da coluna =100%).			
Membros não Remunerados da família	86,59%	27,97%	81,40%
Assalariados Permanentes	3,20%	45,22%	6,91%
Assalariados Temporários	8,32%	16,68%	9,05%
Parceiros	0,42%	1,08%	0,48%
Outra Condição	1,48%	9,06%	2,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura relativa da força de trabalho (total geral = 100%)			
Membros não Remunerados da família	78,93%	2,47%	81,40%
Assalariados Permanentes	2,91%	4,00%	6,91%
Assalariados Temporários	7,58%	1,47%	9,05%
Parceiros	0,38%	0,10%	0,48%
Outra Condição	1,35%	0,80%	2,15%
Total	91,16%	8,84%	100,00%

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento da autora a partir da base de dados em CD-ROM.



A média do estabelecimento camponês era de 11,3 ha e dos patronais 910,6 ha, correspondendo a uma apropriação de terras em que os camponeses são responsáveis por 42% e os patronais por 58%. Em relação ao número de estabelecimentos, os camponeses eram responsáveis por 96% e os patronais por apenas 4%.

Em 1995, os camponeses eram responsáveis por 2.121.628 e os patronais por 205.823 ocupações na produção animal e vegetal do Estado da Bahia, respectivamente 91% e 9% do total do pessoal ocupado no setor, naquele ano. Estes números representam a importância dos camponeses com instrumentos de ocupação no meio rural do Estado.

Por outro lado, do total de pessoal ocupado, 1.894.592 trabalhavam na condição de membros não remunerados das famílias titulares dos estabelecimentos e 371.665 como assalariados nas duas formas captadas pelo censo (assalariados temporários 210.747 e permanentes 160.918).

3. VALOR DA PRODUÇÃO

Em 1995, o valor bruto da produção animal e vegetal das estruturas agrárias do Estado da Bahia foi de 2.102.076.811 – pouco mais de 2 bilhões de reais, Tabela 3.



Tabela 3 - Valor da produção animal e vegetal da Bahia em (R\$), 1995-1996.

Subsetores	Camponeses	Patronais	Total
Produção Animal	435.916.869	268.640.230	704.557.099
Grandes animais	306.347.750	247.931.945	554.279.695
Médios animais	42.888.470	9.732.427	52.620.897
Pequenos animais	86.680.649	10.975.858	97.656.507
Agricultura	703.059.227	598.529.302	1.301.588.529
Culturas permanentes	314.007.213	261.875.098	575.882.311
Culturas temporárias	349.154.279	328.318.831	677.473.110
Horticultura	39.897.735	8.335.373	48.233.108
Silvicultura	190.623	37.131.789	37.322.412
Extração Vegetal	34.493.318	24.115.453	58.608.771
Total	1.173.660.037	928.416.774	2.102.076.811
Estrutura relativa (total das colunas = 100%)			
Produção Animal	37,14%	28,94%	33,52%
Grandes animais	26,10%	26,70%	26,37%
Médios animais	3,65%	1,05%	2,50%
Pequenos animais	7,39%	1,18%	4,65%
Agricultura	59,90%	64,47%	61,92%
Culturas permanentes	26,75%	28,21%	27,40%
Culturas temporárias	29,75%	35,36%	32,23%
Horticultura	3,40%	0,90%	2,29%
Silvicultura	0,02%	4,00%	1,78%
Extração Vegetal	2,94%	2,60%	2,79%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura relativa (total das linhas = 100%)			
Produção Animal	61,87%	38,13%	100,00%
Grandes animais	55,27%	44,73%	100,00%
Médios animais	81,50%	18,50%	100,00%
Pequenos animais	88,76%	11,24%	100,00%
Agricultura	54,02%	45,98%	100,00%
Culturas permanentes	54,53%	45,47%	100,00%
Culturas temporárias	51,54%	48,46%	100,00%
Horticultura	82,72%	17,28%	100,00%
Silvicultura	0,51%	99,49%	100,00%
Extração Vegetal	58,85%	41,15%	100,00%
Total	55,83%	44,17%	100,00%

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento da autora a partir da base de dados em CD-ROM.



A composição subsetorial desse valor apresenta a produção agrícola com 62% do total, como a conjunto de atividades de maior peso - onde destaca-se, com 32,2% as culturas temporárias, seguida pelas culturas permanentes com 27,4% e por fim a horticultura com 2,3%. A pecuária vem em seguida, com 33,5%, representando aí, os animais de grande porte (pecuária bovina e bubalina com 26,3%), sendo seguida pela produção de aves e pequenos animais com 4,7% e médios animais (suínos e caprinos com 2,5%). O terceiro setor de destaque é o extrativismo com 2,8% e o último a silvicultura com 1,8% de valor da produção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números apontam que no ano do censo agropecuário de 1995/96 no Estado da Bahia os camponeses respondiam por 42% das terras apropriadas e os patronais por 56%, sendo o equivalente a 12,3 milhões de hectares e 17,5 milhões respectivamente.

Os camponeses foram responsáveis por 91% da ocupação do setor rural, mostrando que, a agricultura familiar serve como instrumento de fixação do homem no campo, sem obrigá-lo a sair da sua terra, para migrar até as cidades em busca de novas oportunidades, que muitas vezes, resultam em frustração e aumento da pobreza e favelização.

Ao discutir o ponto acima, percebemos que a agricultura familiar continua tendo a sua importância e vem merecendo destaque configurando a sua singularidade no espaço rural. Dessa maneira, ficou evidente a participação dos camponeses como agentes transformadores do meio rural e que contribuem de maneira significativa para as atividades agrícolas no estado, sendo estes agricultores instrumentos de promoção da redução da pobreza e agentes capazes de contribuir para a geração de renda no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: 1974.



COSTA, F.A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento Sustentável.** Belém: EDUFPA. 2000.

_____. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: Contexto e impactos. **Novos Cadernos Naea.** v.4. n.1, p. 73-102. Jun, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-96 – Bahia.** Rio de Janeiro: 1997. CD-ROM.

KAUTSKI, K. **A questão Agrária.** São Paulo. Proposta Editorial. 1980.

LENIN, Vladimir. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** Coleção Alicerces, Debates, 1980.

_____. **O Programa agrário.** São Paulo: Brasileira, Ciências Humanas, 1980 b.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Coleção os economistas).

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de La economia campesina.** Anagrama, 1974.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais.** Librairie Armand Colin, Paris: 1973.